

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2015**  
**PROCESSO Nº 03110.016014/2010-76**

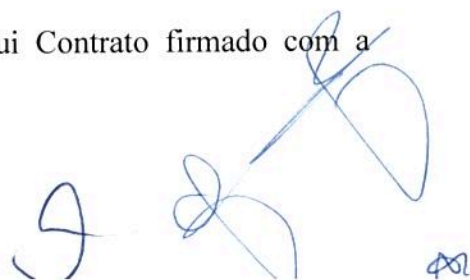
**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA BANCO DO BRASIL S.A., VISANDO À OPERACIONALIZAÇÃO DO “DEPÓSITO EM GARANTIA”, VINCULADO A OBRIGAÇÕES, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SLTI/MP Nº 2, DE 30 DE ABRIL DE 2008, E ALTERAÇÕES POSTERIORES.**

A UNIÃO, por intermédio do **MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "K" - Brasília/DF – CEP 70040-906, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.489.828/0003-17, por meio da Diretoria de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, e o Regimento Interno aprovado pelo Anexo II à Portaria GM/MP nº 220, de 25 de junho de 2014, neste ato representada pela Diretora de Administração, Senhora **ANA CLÉCIA SILVA GONÇALVES DE FRANÇA**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade nº 3.364.592, expedida pela SSP/PE e do CPF nº 471.775.944-34, residente e domiciliada em Brasília/DF, nomeada pela Portaria nº 64, de 03 de fevereiro de 2014, da Casa Civil da Presidência da República, publicada no D.O.U. de 04 de fevereiro de 2014, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, e, de outro lado, a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, **BANCO DO BRASIL S.A.**, estabelecido no SBS - Quadra 4 - Bloco “A” - Lote 25 - Ed. Sede I - 9º andar - Brasília/DF – CEP 70070-100, inscrito no CNPJ/MF sob o nº **00.000.000/0001-91**, daqui por diante denominado INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, neste ato, representado pelo Gerente Geral da Agência Governo Federal, Senhor **ANDRÉ JORGE CORREA DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 533.533, expedida pela SSP/DF, e do CPF nº 214.769.422-34, residente e domiciliado em Brasília/DF, têm justo e acordado o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, para gerenciamento de depósitos para Garantias de Contratos Administrativos, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 30 de abril de 2008 e alterações posteriores, por meio do denominado **DEPÓSITO EM GARANTIA**, e das demais normas pertinentes, mediante as seguintes condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DEFINIÇÕES**

Para efeito deste Termo de Cooperação Técnica entende-se por:

1. **CLT** - Consolidação das Leis do Trabalho.
2. **Prestador de Serviços** - pessoa física ou jurídica que possui Contrato firmado com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.

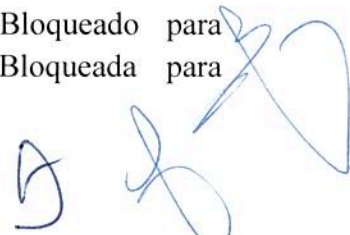


3. **Rubricas** - itens que compõem a planilha de custos e de formação de preços de contratos firmados pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.
4. **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** – são depósitos efetuados pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** a título de garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e outras a serem provisionados às empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra na forma da Instrução Normativa/SLTI/MP nº 2 de 30 de abril de 2008 e alterações posteriores.
5. **Contratos** – instrumento formalizador do vínculo entre a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e o **Prestador de Serviços** materializado pelo sistema da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** por um “Evento” o qual possibilita à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** a individualização dos depósitos e a gestão de cada contrato.
6. **Evento** - é a representação no sistema da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** do Contrato entre a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e o **Prestador de Serviços**, onde é abrigado o **Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação**.
7. **Usuário(s)** - servidor(es) da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e por ele formalmente indicado(s), com conhecimento das chaves e senhas para acesso aos aplicativos instalados nos sistemas de Autoatendimento da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**.
8. **Administração Pública Federal** - Administração Direta da União, incluindo os órgãos dela componentes e excluindo entidades com personalidade jurídica própria.
9. **ID Depósito:** é o número que identifica o pré-cadastramento do Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação, que dará origem ao depósito após o envio dos recursos pelo depositante.
10. **Partícipes:** referência ao órgão da Administração Pública Federal e à Instituição Financeira.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objetivo regulamentar o estabelecimento, pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, dos critérios para abertura de **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**, destinado a abrigar os recursos provisionados de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, bem como viabilizar o acesso da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** aos saldos e extratos de todos os “Eventos”.

1. Os **Contratos** firmados entre a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e a empresa terceirizada serão albergados pelo **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.
2. O **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** será destinado, exclusivamente, para recebimento dos recursos provisionados de rubricas constantes da planilha de custos e de formação de preços dos contratos firmados pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.
3. Os recursos depositados pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** serão individualizados em Eventos específicos, abertas para cada contrato administrativo firmado com seus prestadores de serviços.
4. A movimentação ou encerramento do Depósito em Garantia – Bloqueado para movimentação que se equivale à Conta-Depósito Vinculada – Bloqueada para



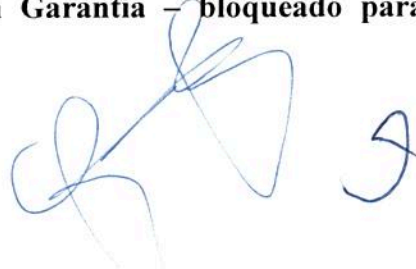
Movimentação se dará unicamente mediante ordem expressa da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e eventual saldo existente será debitado visando à destinação definida pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.

5. Os recursos provisionados em **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** - serão corrigidos automaticamente, pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, conforme índice de remuneração da caderneta de poupança, na forma pró-rata die. Eventual alteração da forma de correção da poupança implicará a revisão deste Termo de Cooperação Técnica.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO FLUXO OPERACIONAL**

A abertura, captação e movimentação dos recursos dar-se-á conforme o fluxo operacional a seguir:

1. A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** firma o **Contrato** com o **Prestador de serviços**.
2. A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, por meio do Ordenador de Despesas ou do servidor previamente designado por este, envia à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** ofício, na forma do Anexo I do presente Termo, solicitando o cadastramento de Evento específico para acolhimento do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**, que serão efetuados como provisionamento, em cumprimento ao que determina a Instrução Normativa/SLTI/MP nº 2 de 30 de abril de 2008 e alterações posteriores.
3. Após cadastramento do Evento, a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** encaminha à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** ofício na forma do Anexo II, solicitando o comparecimento do **Prestador de Serviços** para assinatura do contrato e entrega de documentação.
4. Após assinatura do contrato pelo **Prestador de Serviços**, a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** encaminha à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** ofício na forma do Anexo III do presente Termo informando os dados do Evento cadastrado.
  - 4.1 O acesso da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** à conta de Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação fica condicionado à formalização do contrato entre a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** e o **Prestador de Serviços**, onde fica definido que a movimentação da referida conta far-se-á exclusivamente por ordem do Órgão da Administração Pública ao qual a conta estiver vinculada.
5. A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** gera o ID Depósito na internet no endereço ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) ou o solicita à sua agência de relacionamento.
6. De posse do ID Depósito, a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** envia à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** Ordem Bancária para abertura do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.
  - 6.1 Após geração do primeiro ID Depósito, novos depósitos para um mesmo Evento podem ser realizados da seguinte forma:
    - 6.1.1 Para que os recursos sejam depositados no mesmo **Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação** (depósito em continuação): utilize o ID Depósito do primeiro depósito ou o número do **Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação** para geração de novo ID Depósito;



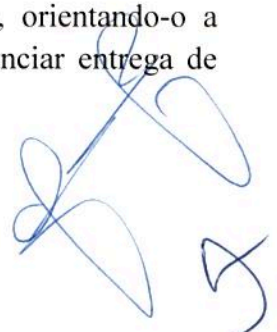
**6.1.2** Para que os recursos sejam depositados em **Depósito em Garantia – bloqueados para movimentação** distintos: gere um novo ID Depósito para cada depósito utilizando a opção “primeiro depósito”.

7. A **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** recebe a Ordem Bancária transmitida via arquivo pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e efetua a abertura do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.
8. A **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** envia à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** arquivo retorno em leiaute específico, contendo o número do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** bem como as eventuais rejeições, indicando seus motivos.
9. A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, por meio do Ordenador de despesa ou do servidor previamente designado por este, solicita à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** a movimentação dos recursos, na forma do Anexo IV do presente Termo.
10. A **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** acata solicitação de movimentação financeira efetuada pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, confirmando por meio de ofício, nos moldes indicados no Anexo V deste Termo.
11. A **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** disponibiliza à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** aplicativo, via internet, para consulta de saldos e extratos do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**, após autorização expressa da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, para recebimento de chave e senhas de acesso a sistema eletrônico.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES**

À **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** compete:

1. Assinar o Termo de Adesão ao Regulamento da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, onde está estabelecido o vínculo jurídico com a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, para amparar a utilização de qualquer aplicativo.
2. Designar, por meio de ofício, conforme Anexo VI do presente Instrumento, até no máximo 4 (quatro) servidores para os quais a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** disponibilizará chaves e senhas de acesso ao autoatendimento, com poderes somente para consultas aos saldos e extratos do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.
3. Remeter ofícios à Agência da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, solicitando o cadastramento do Evento que abrigará o **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.
4. Remeter à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** arquivos de Ordem Bancária em leiaute específico, para a abertura do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.
5. Remeter ofícios à Agência da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, solicitando a movimentação de recursos do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** diretamente para a conta do **Prestador de Serviços**.
6. Comunicar ao **Prestador de Serviços**, na forma do Anexo VII do presente instrumento, a abertura do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**, orientando-o a comparecer à Agência da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, para providenciar entrega de documentos e assinatura do contrato, em caráter irrevogável e irreatável.



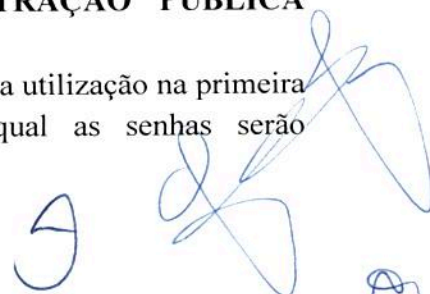
7. Prover os ajustes técnicos de tecnologia da informação para possibilitar o acesso aos sistemas de Autoatendimento, por intermédio do qual será viabilizado o acesso aos saldos e extratos do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.
8. Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**.
9. Instruir os usuários sobre forma de acesso às transações dos sistemas de autoatendimento da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**.
10. Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso aos sistemas de Autoatendimento da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**.
11. Assumir como de sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos servidores devidamente cadastrados nos sistemas de Autoatendimento, conforme item 2 desta cláusula, cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tornado de conhecimento de terceiros não autorizados.
12. Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha de seu equipamento e/ou erros de processamento em razão da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações.
13. Comunicar tempestivamente à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão aos sistemas de autoatendimento, em especial, no que concerne à segurança das informações.
14. Permitir, a qualquer tempo, que técnicos da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** possam vistoriar o hardware e software utilizados para conexão aos sistemas de autoatendimento.
15. Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações efetuadas nos sistemas de Autoatendimento colocados à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de servidores, prestadores de serviço e outras pessoas integrantes da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**.
16. Inserir no edital de licitação e no contrato de prestação de serviços entre a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e o Prestador de Serviços que a abertura e manutenção de **Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação**, estão sujeitos à cobrança de tarifas bancárias do Prestador de Serviços, nos valores estabelecidos na Tabela de Tarifas, afixada nas agências da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** e disponível no endereço eletrônico na internet: [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br), na forma regulamentada pelo Banco Central do Brasil.

**Parágrafo Único:** A isenção da cobrança de tarifas bancárias poderá ser negociada entre os Partícipes.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**

À **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** compete:

1. Disponibilizar os sistemas de autoatendimento à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.
2. Gerar e fornecer até 4 (quatro) chaves e senhas iniciais de acesso, para utilização na primeira conexão aos sistemas de autoatendimento, oportunidade na qual as senhas serão



obrigatoriamente substituídas pelos respectivos detentores das chaves, por outra de conhecimento exclusivo do usuário.

3. Informar à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** quaisquer alterações nos serviços oferecidos pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, por intermédio dos sistemas de autoatendimento ou via Ofício.
4. Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste Termo.
5. Processar os arquivos remetidos pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** destinados a abrir **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.
6. Gerar e encaminhar via sistema de Autoatendimento, os arquivos retorno do resultado da abertura do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.
7. Efetuar a movimentação do **Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação** diretamente para a conta do **Prestador de Serviços**, de acordo com o solicitado pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.
8. Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste instrumento.
9. Informar à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** os procedimentos adotados, em atenção aos ofícios recebidos.
10. Remeter à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, periodicamente tabela com os valores das tarifas bancárias eventualmente cobradas em razão dos depósitos em garantia, ou informar o endereço eletrônico preciso no qual tais informações poderão ser obtidas.

**Parágrafo Único:** Não caberá à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** qualquer responsabilidade além daquelas expressamente delimitadas neste Termo, ficando desde já ajustado que a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** não tem ingerência no processo de contratação administrativa de interesse da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e que não decorrerão para a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** quaisquer obrigações que não estejam previstas neste instrumento.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS**

Este Termo de Cooperação Técnica não implica desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

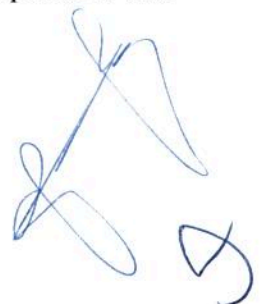
#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA**

O presente Termo de Cooperação terá vigência de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO**

A publicação de extrato do presente instrumento no Diário Oficial será providenciada pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES**



Sempre que necessário, as cláusulas deste Termo de Cooperação Técnica, à exceção da que trata do objetivo, poderão ser aditadas, modificadas ou suprimidas, mediante Termo de Aditamento, celebrado entre os Partícipes, passando esse termo a fazer parte integrante deste Instrumento como um todo, único e indivisível.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser rescindido por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexequível ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste Termo de Cooperação Técnica deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos desta forma, serão dirimidos pela Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.


E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza os legítimos efeitos de direito.


Brasília/DF, 27 de junho de 2015.

  
\_\_\_\_\_  
**ANA CLÉCIA SILVA GONÇALVES DE FRANÇA**  
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

  
\_\_\_\_\_  
**ANDRÉ JORGE CORREA DA SILVA**  
Banco do Brasil S.A.

### TESTEMUNHAS:

  
\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF: 699717221-00

  
\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF: 050878651-78

**ANEXO I DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº \_\_\_/\_\_\_**

Ofício nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

A(o) Senhor(a) Gerente

*(nome do gerente)*

*(Endereço com CEP)*

Senhor(a) Gerente,

Reportamos ao Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_/\_\_\_, firmado com essa instituição, para solicitar que promova o cadastramento de Evento, destinado a receber recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do Contrato nº \_\_\_/\_\_\_, firmado por a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** com o prestador de serviço abaixo especificado:

CNPJ: \_\_\_\_\_

Razão Social: \_\_\_\_\_

Nome Personalizado: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Representante Legal: \_\_\_\_\_

CPF do Representante Legal: \_\_\_\_\_

Dados do Evento:

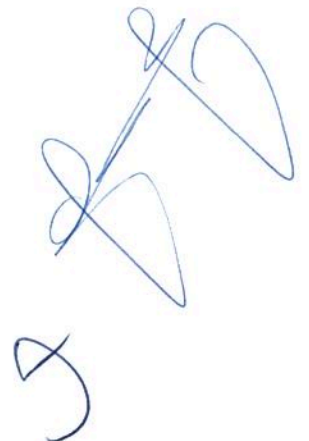
Nome do Evento: ( Ex.: pode ser o nome da empresa prestadora de serviços)

Descrição do Evento: ( Ex.: contrato de prestação de serviços nº 00/2014)

Data Início: (início do contrato).

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Ordenador de despesas da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** ou do  
servidor previamente designado pelo Ordenador





ANEXO II DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº \_\_\_/\_\_\_

Ofício nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

A(o) Senhor(a)  
(nome do Proprietário da empresa contratada pelo órgão/entidade)  
(endereço da empresa com CEP)

Senhor Sócio Proprietário,

Informamos que solicitamos a abertura de **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** na Agência nº \_\_\_\_\_ do Banco do Brasil, para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº \_\_\_/\_\_\_, firmado entre essa empresa e este órgão/entidade.

2. Na oportunidade, solicitamos comparecer, em no máximo (\_\_\_) dias corridos, a contar do recebimento deste ofício, à referida agência para fornecer a documentação indicada abaixo, de acordo com as normas do Banco Central, bem como assinar os documentos indicados pelo Banco.

- a) Atos constitutivos em vigor e alterações posteriores registrados, na forma da Lei, na autoridade competente.
- b) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- c) No caso de representantes, mandatários ou prepostos, documentos que os qualifiquem e os autorizem a representar a Empresa.
- d) Documentos de identificação e comprovante de inscrição no CPF das pessoas autorizadas a representar a Empresa (sócios, representantes, mandatários ou prepostos).
- e) Comprovante de endereço da empresa.
- f) Procurações ou outros documentos que confirmam poderes para representar a Empresa

3. Informamos que o descumprimento do prazo indicado no parágrafo anterior poderá ensejar aplicação das sanções previstas na Cláusula \_\_\_\_\_ do mencionado contrato.

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de despesas da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** ou do servidor previamente designado pelo Ordenador

ANEXO III DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº \_\_\_/\_\_\_

Ofício nº \_\_\_/\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_.

Senhor,

Informamos abaixo os dados para geração de ID Depósito para acolhimento de valores referentes ao **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**, destinado a receber recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do Contrato nº \_\_\_/\_\_\_, firmado por esta **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** com o **Prestador de Serviços** \_\_\_\_\_ (Nome da Empresa), CNPJ \_\_\_\_\_.

Tipo de Garantia: 0001 – Contratos Administrativos

Número do Evento: \_\_\_\_\_

Nome do Evento: \_\_\_\_\_

Ratificamos que o **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** somente será aberto após o acolhimento do primeiro depósito e, conforme Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_/\_\_\_, qualquer tipo de movimentação financeira ocorrerá mediante solicitação da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.

Endereço para geração do ID ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br) acessar a aba Governo – Judiciário - Serviços exclusivos – Depósito Judicial – Depósito em Garantia – clique aqui para emissão de guia)

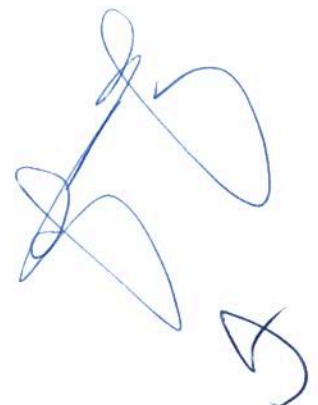
Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
(nome do Gerente)  
Nº da Agência do BANCO

Ao Senhor

Nome e cargo do representante da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**

Endereço



ANEXO IV DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº \_\_/\_\_\_

Ofício nº \_\_/\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

A(o) Senhor(a) Gerente  
(nome do gerente)  
(endereço da agência com CEP)

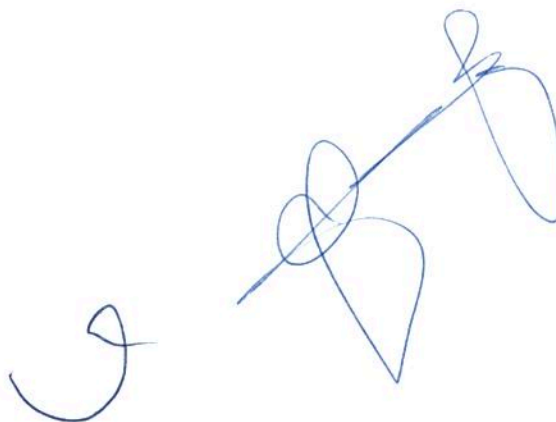
Senhor Gerente,

Solicitamos **DEBITAR**, conforme indicado a seguir, a movimentação de R\$ \_\_\_\_\_ do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** nº \_\_\_\_\_, do Evento nº \_\_\_\_\_ aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº \_\_/\_\_\_, firmado por esta **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, e **CREDITAR** a conta conforme dados a seguir:

Banco	Agência	Conta	Nome	CNPJ

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Ordenador de despesas da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** ou do servidor previamente designado pelo Ordenador



**ANEXO V DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº \_\_\_/\_\_\_**

Ofício/Carta nº \_\_\_\_\_ (número sequencial)

\_\_\_\_\_, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

Senhor \_\_\_\_\_,  
(nome do representante do órgão/entidade)

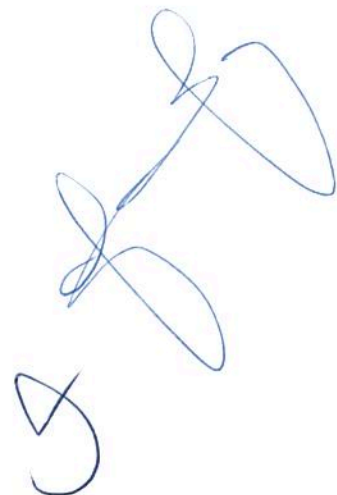
Em atenção ao seu Ofício nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, de \_\_\_/\_\_\_/201\_\_, informamos a efetivação de **DEBITO** no **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** nº \_\_\_\_\_, Evento nº \_\_\_\_\_ e **CRÉDITO** na seguinte conta:

Banco	Agência	Conta	Nome	CNPJ

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
(nome do Gerente)  
Nº da Agência do BANCO

Ao Senhor  
Nome e cargo do representante da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**  
Endereço



ANEXO VI DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº \_\_/\_\_\_

Ofício nº \_\_\_\_/\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

A(o) Senhor(a) Gerente

*(nome do gerente)*

*(endereço da agência com CEP)*

Senhor Gerente,

Solicitamos providenciar a geração de chaves e senhas iniciais de acesso, aos aplicativos dos sistemas de Autoatendimento do **BANCO** para consulta de saldos e extratos de **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**, para os servidores a seguir indicados:

Nome	CPF	Poderes

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Ordenador de despesas da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** ou do servidor previamente designado pelo Ordenador



A U T O R I Z A Ç Ã O

À Agência \_\_\_\_\_ da Instituição Financeira \_\_\_\_\_  
(endereço da agência)

Senhor (a) Gerente,

Autorizo, em caráter irrevogável e irretratável, que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL solicite a essa agência bancária, na forma indicada por essa agência, qualquer tipo de movimentação financeira na conta-depósito vinculada nº \_\_\_\_\_ - bloqueada para movimentação-, de minha titularidade, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, firmado com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, bem como tenha acesso irrestrito dos saldos da referida conta-depósito, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_ (local e data)

Assinatura do titular da conta-depósito

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized initial 'J' followed by a complex, cursive flourish that loops back and ends in a large, open circle.



da Vigência do contrato original, ficando as demais sem alterações.  
Fundamento Legal: Nos Termos da Lei nº 8.666/93. Vigência: 20/04/2015 a 19/05/2016. Valor Total: R\$34.948,56. Fonte: 174193034 - 2015NE800004. Data de Assinatura: 04/03/2015.

(SICON - 04/03/2015) 193034-19211-2015NE800006

### SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 3/2015 - UASG 193116

Nº Processo: 02019000975201478.

PREGÃO SRP Nº 4/2014. Contratante: INSTITUTO BRAS DO MEIO AMBIEN E -DOS REC NAT RENOVAVEIS. CNPJ Contratado: 12033155000103. Contratado: CERES M GALVAO - ME - Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição anual de alimentos, com entrega parcelada, para atender a demanda nutricional dos animais depositados no Centro de Triagem de Animais Silvestres do IBAMA no Estado de Pernambuco - CETAS/PE, no exercício de 2015/2016. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 - Vigência: 19/02/2015 a 18/02/2016. Valor Total: R\$12.977,40. Fonte: 174193034 - 2015NE800153. Fonte: 174193034 - 2015NE800157. Data de Assinatura: 19/02/2015.

(SICON - 04/03/2015) 193099-19211-2015NE800006

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2015 - UASG 193116

Nº Processo: 02019000975201478.

PREGÃO SRP Nº 4/2014. Contratante: INSTITUTO BRAS DO MEIO AMBIEN E -DOS REC NAT RENOVAVEIS. CNPJ Contratado: 19827805000131. Contratado: AOF COMERCIO & SERVICOS EIRELI - ME. Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição anual de alimentos, com entrega parcelada, para atender a demanda nutricional dos animais depositados no Centro de Triagem de Animais Silvestres do IBAMA no Estado de Pernambuco - CETAS/PE, no exercício de 2015/2016. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 - Vigência: 19/02/2015 a 18/02/2016. Valor Total: R\$5.453,00. Fonte: 174193034 - 2015NE800154. Fonte: 174193034 - 2015NE800158. Data de Assinatura: 19/02/2015.

(SICON - 04/03/2015) 193099-19211-2015NE800006

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 5/2015 - UASG 193116

Nº Processo: 02019000975201478.

PREGÃO SRP Nº 4/2014. Contratante: INSTITUTO BRAS DO MEIO AMBIEN E -DOS REC NAT RENOVAVEIS. CNPJ Contratado: 18587458000154. Contratado: D R F DA SILVA HORTIFRUTI - ME - Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição anual de alimentos, com entrega parcelada, para atender a demanda nutricional dos animais depositados no Centro de Triagem de Animais Silvestres do IBAMA no Estado de Pernambuco - CETAS/PE, no exercício de 2015/2016. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 - Vigência: 19/02/2015 a 18/02/2016. Valor Total: R\$22.562,50. Fonte: 174193034 - 2015NE800164. Data de Assinatura: 19/02/2015.

(SICON - 04/03/2015) 193099-19211-2015NE800006

### EDITAIS DE INTIMAÇÃO

A Superintendente do Ibama em Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital, INTIMA o interessado abaixo relacionado ou seu representante legal, por se encontrar em local incerto e não sabido, ou por não ter procurado/recebido ou ter recusado correspondência do Ibama, para que esteja ciente da extinção da punibilidade decorrente do Auto de Infração lavrado em seu desfavor, abaixo discriminado, em razão do decurso do prazo prescricional da pretensão punitiva. Dando-se por notificado, fica o interessado intimado oferecer recurso dirigido à Autoridade Administrativa, no prazo de 20 (vinte) dias a partir da publicação do presente edital, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 10/2012 e demais legislações pertinentes.

INTERESSADO	CPF/CNPJ/RG	Nº PROCESSO	AUTO DE INFRAÇÃO
Luiz Francisco de Lima	707.426.704-06	02019.001218.98-52	044981/D

A Superintendente do IBAMA em Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital, INTIMA o interessado abaixo relacionado ou seu representante legal, por se encontrar em local incerto e não sabido, ou por não ter procurado/recebido ou ter recusado correspondência do Ibama, para que esteja ciente da homologação do Auto de Infração e Termo de Apreensão/Depósito, abaixo discriminados, e das respectivas sanções de multa - minorada em 25% e de apreensão - manutenção da apreensão dos animais constantes no citado Termo. Dando-se por notificado, fica o interessado intimado para, no prazo de 20 (vinte) dias a partir da publicação do presente edital, efetuar o pagamento da multa com desconto de 30% ou interpor recurso dirigido à Autoridade Julgadora, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 10/2012 e demais legislações pertinentes. Decorrido o prazo mencionado sem apresentação do recurso ou pagamento da respectiva multa, o nome do devedor será incluído no CADIN e o débito inscrito em Dívida Ativa, adotando-se as medidas judiciais cabíveis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032015030500140

INTERESSADO	CPF/CNPJ/RG	Nº PROCESSO	AUTO DE INFRAÇÃO	TERMOS APREENSÃO/DEPOSITO
Edson Gomes da Silva	129.651.858-28	02019.001094(2010-41)	507986/D	522640/C

A Superintendente do IBAMA em Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital, INTIMA o interessado abaixo relacionado ou seu representante legal, por se encontrar em local incerto e não sabido, ou por não ter procurado/recebido ou ter recusado correspondência do Ibama, para que esteja ciente da homologação do Auto de Infração e da respectiva sanção de advertência. Dando-se por notificado, fica o interessado intimado para, no prazo de 20 (vinte) dias a partir da publicação do presente edital, interpor recurso dirigido à Autoridade Julgadora, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 10/2012 e demais legislações pertinentes.

INTERESSADO	CPF/CNPJ/RG	Nº PROCESSO	AUTO DE INFRAÇÃO
Luiz José Silva Carneiro	928.262.021-91	02020.000427(2011-66)	660685/D

O intimado poderá ter vistas ao respectivo processo junto ao NUIP da Superintendência do IBAMA em Pernambuco, sito à Av. 17 de Agosto, nº 1057 - Casa Forte - Recife/PE, nos dias úteis, no horário das 8h às 12h e das 14h às 18h.

ANA PAULA C. DE PONTES

### SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

#### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 4/2015 - UASG 193126

Nº Processo: 02028000439201463. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para prestação, de forma contínua dos serviços de limpeza e conservação predial (áreas internas e externas), nas dependências da Superintendência do IBAMA em Sergipe, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e utensílios. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 05/03/2015 de 09h00 às 12h00 e de 14h às 17h00. Endereço: Av. Coelho e Campos, 521 - Centro - Aracaju/se Centro - ARACAJU - SE. Entrega das Propostas: a partir de 05/03/2015 às 09h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 18/03/2015 às 09h30 site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

RIVANDA FERREIRA FELIX  
Pregoeira

(SIDEIC - 04/03/2015) 193126-19211-2015NE800006

### INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE COORDENAÇÃO REGIONAL NO RIO DE JANEIRO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BOCAINA

#### EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 2/2015/PNSB

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 26 § 4º da Lei nº 9.784 de 29/01/1999, do artigo 96, § 1º, IV, do Decreto Federal nº 6.514, de 22/07/2008, e do artigo 23, § 1º, II, da Instrução Normativa ICMBio nº 06, de 01/12/2009, intimam as pessoas físicas e jurídicas abaixo elencadas que, considerando a constatação de infração administrativa ambiental, foram lavrados o Auto de Infração nº 022718/B e o Termo de Guarda nº 06765/A - ficam apreendidos os seguintes objetos: 01(um) botijão de gás 13 kg; 01 (uma) mesa plástica; 01 (uma) cadeira plástica; 01 (uma) corrente medindo 05,15m; 01 (um) fogareiro; 01 (um) cadeado e 01 (um) guarda-sol. Este auto informa que é franqueada a apresentação de impugnação aos autos de infração no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de publicação deste edital, sendo concedido desconto de 30% (trinta por cento) no caso de pagamento dentro do período estipulado, e sendo facultado, ainda, ao autuado solicitar parcelamento do débito, conforme artigo 62, da Instrução Normativa ICMBio nº 06, de 01/12/2009. Para o exercício do contraditório e da ampla defesa, os processos elencados encontram-se disponíveis para vistas aos interessados no endereço: Estrada Velha da Tijuca, 77 - Anexo, 2º Andar, Usina - Rio de Janeiro/RJ. CEP: 20531-080 - RJ; (21) 2484-8306.

Interessado	CPF/CNPJ	Auto de Infração	Processo
AUTOR NÃO IDENTIFICADO	-	022718/B	02645.000006/2015-11

JOSÉ HÉLIO MARCELO  
Chefe  
Substituto

### PARQUE NACIONAL DA TIJUCA

#### EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

ESPÉCIE: Processo: 02084.000013/2014-35, TERMO DE RECIPROCIDADE Nº 01/2015 - PARNA da Tijuca. DATA DA ASSINATURA: 10/02/2015 - vigência: 5 ANOS. PARTES: ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA e INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio. OBJETO: o estabelecimento de um regime de cooperação visando à implementação de programas, projetos e ações voltados para a preservação, conservação e aprimoramento do patrimônio histórico, natural, cultural e paisagístico do Parque Nacional da Tijuca - PNT e de sua zona de amortecimento, bem como para o desenvolvimento de atividades culturais, educativas e científicas, atendendo aos preceitos dispostos no Plano de Manejo da Unidade de Conservação. REPRESENTANTES LEGAIS: Ernesto Bastos Viveiros de Castro - Chefe do Parque Nacional da Tijuca/ICMBio e Gustavo Braga Marinho - Presidente da Associação dos Amigos do Parque Nacional da Tijuca.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP; INSTITUIÇÃO FINANCEIRA: Banco do Brasil S.A.; Dos Recursos Financeiros: não implica transferência de recursos financeiros por qualquer dos partícipes; Vigência: 27/02/2015 a 26/02/2020; Assinatura: 27/02/2015; Partícipes: Senhora ANA CLÉCIA SILVA GONÇALVES DE FRANÇA, pelo MP, Senhor ANDRÉ JORGE CORREA DA SILVA, pelo BANCO.

#### EXTRATO DE RESCISÃO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Rescisão do ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 03/2011, firmado com a instituição financeira BANCO DO BRASIL S.A, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.000.000/0001-91, a partir de 27 de dezembro de 2015, nos termos do Inciso II, § 1º, do art. 79 da Lei 8.666/93. Signatários: Sra. Ana Clécia Silva Gonçalves de França, pela Contratante e o Sr. André Jorge Correa da Silva, pela Contratada.

### DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2015 - UASG 201004

Número do Contrato: 00011/2011, subrogado pela UASG: 201004 - MP-COORDENACAO GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS. Nº Processo: 03110021228201064. PREGÃO SISPP Nº 9/2011. Contratante: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, -ORÇAMENTO E GESTAO - MP. CNPJ Contratado: 38055117000145. Contratado: MATOS E RANGEL LTDA - ME - Objeto: Prorrogação do prazo de vigência a partir de 03 de março de 2015. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 - Vigência: 03/03/2015 a 02/03/2016. Valor Total: R\$97.801,98. Fonte: 100000000 - 2015NE800378. Data de Assinatura: 02/03/2015.

(SICON - 04/03/2015) 201004-00001-2015NE800127

### Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

#### SECRETARIA EXECUTIVA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

#### EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo: 03110.016014/2010-76; Espécie: Termo de Cooperação Técnica nº 01/2015; Objeto: regulamentar o estabelecimento, pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, dos critérios para abertura de Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação, destinado a abrigar os recursos provisionados de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, bem como viabilizar o acesso da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL aos saldos e extratos de todos os "Eventos"; ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.